

CAPÍTULO 9

QUANDO O MOVIMENTO TECE O ESTADO: as ações públicas em Sergipe na construção de uma agricultura do “plantar, colher e comer sem agredir a natureza”

*Flaviane Canavesi
Edson Diogo Tavares
Mario Lucio de Avila*

Introdução

A agricultura familiar (AF) em Sergipe conta com cerca de 100 mil estabelecimentos agrícolas, ocupando 26% da área agrícola e representando 90% das unidades de produção. Assim como em todo o nordeste brasileiro, esse sistema é o maior responsável pela produção de alimentos e pela ocupação de postos de trabalho no campo (TAVARES; SIQUEIRA; SILVA, 2008).

Um grande desafio que se apresenta à AF é como produzir, com inclusão social e utilizando de forma sustentável os recursos naturais, em especial o solo, os recursos hídricos e a agrobiodiversidade. Nesse contexto é preciso refletir sobre as possíveis definições de sustentabilidade na agricultura considerando a viabilidade de longo prazo, o suprimento das necessidades humanas de alimentos e de matérias primas e a garantia de renda dos agricultores familiares. Sem dúvida, essa agricultura só terá futuro se for parceira da natureza e responsável por um desenvolvimento local que gerencie os recursos naturais no longo prazo (TAVARES; SIQUEIRA; SILVA; 2008).

Apesar de características próprias, a AF em Sergipe revela a diversidade de modos de vida, de formas de ocupação do território e de organização social que, convivem e resistem, em suas formas próprias de viver, produzir e resistir. São camponeses, povos indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, assentados da reforma agrária, citricultores, rizicultores, policultores, produtores de culturas alimentares (mandioca, feijão, milho, fruteiras) e de pequenos animais, em busca de formas de produção e gestão dos recursos que possam garantir suas vidas e as de suas famílias. Nesse processo de resistência se evidencia a luta histórica pela reforma agrária e as estratégias sociais e familiares, dentre as quais se destacam a organização social, a pluriatividade

das famílias agricultoras e a necessidade de construção de alternativas de agricultura sustentável (SIQUEIRA; SILVA, 2008; LOPES, 2009).

Para além da produção e da ciência, é fundamental que a agenda política também reflita o anseio social por uma agricultura socialmente justa, em harmonia com a natureza, enraizada nas peculiaridades regionais e saudável para os consumidores. A agroecologia e a produção orgânica conquistaram na agenda nacional com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) em 2012 este reconhecimento que agora emerge com força nos estados brasileiros.

Este trabalho tem, portanto, o objetivo de apresentar a agenda política de agroecologia que se formou em nível subnacional, no estado de Sergipe, nordeste brasileiro. Pretendemos apresentar o contexto histórico político, as coalizões de atores e as formas de implementação para analisar um conjunto de dinâmicas de ação pública na institucionalização da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo). Para isto discute basicamente o marco legal e aponta para os desafios nos mecanismos de gestão, uma vez que, somente recentemente inicia-se o trabalho da Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Ceapo).

A ação pública em Sergipe caracteriza-se por um processo gradual ascendente de conquistas no marco legal, fruto da organização da sociedade civil, que se retroalimenta no processo de mobilizações, fortalece os sujeitos políticos e permite a integralização de agendas por parte do Estado. Esta realidade distingue-se se comparada às políticas e ações relativas à AF e meio ambiente no nível nacional que passam, a partir de 2016, por um desmonte sistemático (GUÉNEAU et al., 2019).

Em 29 de maio de 2018, o Decreto nº 40.051 regulamenta a Lei nº 7.270, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre os incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares do Estado de Sergipe, instituindo a Peapo e dando outras providências correlatas.

Este estudo volta-se para as políticas e programas estaduais visando entender quais são os atores, as conceituações da agroecologia e os principais processos de mobilização e coalizão por meio dos quais as ideias agroecológicas são incorporadas pela ação pública.

Pretende reunir as principais observações do processo de articulação e mobilização social que vai conformando a agenda de agroecologia no estado. O artigo retrata as perspectivas do estado de Sergipe no contexto atual considerando a efetividade de execução da Peapo, uma vez que o tema perde relevância nas políticas públicas federais.

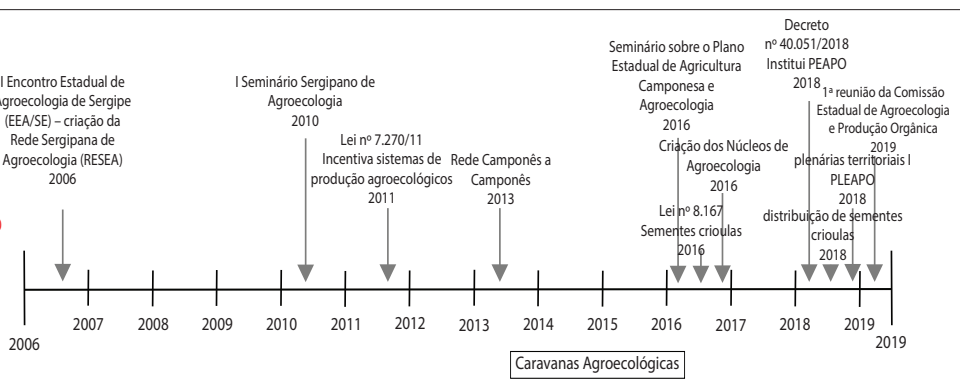
A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico e documental e também por meio de dez entrevistas semiestruturadas com informantes-chaves em novembro de 2018 nos municípios de Aracaju e São Cristóvão, estado de Sergipe. As entrevistas foram realizadas conforme termos de

consentimento livre e esclarecido (TCLE) de posse da autora e dos autores. O roteiro possibilitou reunir informações com um conjunto amplo de sujeitos no âmbito dos grupos coletivos, movimentos sociais, redes sociotécnicas, conselhos, instituições de pesquisa, de ensino e órgãos governamentais. Foram ouvidos analistas, pesquisadores, extensionistas, docentes e lideranças buscando abarcar o máximo de percepções e histórico de atuação na implementação da Peapo.

As análises desta pesquisa visam captar a representação dos sujeitos com relação aos instrumentos de políticas públicas diante de uma problematização considerando que, segundo Lascoumes e Le Galès (2012), os instrumentos não são neutros e revelam singularidades históricas na estruturação de relações entre governantes e governados.

A figura seguinte apresenta os principais marcos temporais relativos ao tema no estado. É certo que diversas outras ações foram realizadas, mas não estão aqui representadas por limitações dos autores. Nos apêndices do capítulo há um quadro detalhado das atividades.

Figura 1 – Linha do tempo da ação pública em Agroecologia no estado de Sergipe



A construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica no contexto das elaborações nacionais

A Peapo surge em Sergipe tendo como referência o que vinha acontecendo no nível nacional que culmina com o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Pnapo. A efervescência das discussões no nível nacional, protagonizada por movimentos sociais nos quais as representações de Sergipe se fizeram atuantes, coloca a agroecologia na agenda o estado. Consequentemente, se formam as bases para o processo de elaboração da Lei de Agroecologia estadual. Apresentado como Projeto de Lei intitulado

Projeto de Agroecologia para o estado de Sergipe pelo então deputado estadual João Daniel (PT) tornou-se a Lei nº 7.270 em 17/11/2011, sancionada pelo governador à época Marcelo Déda (PT).

Ainda que Sergipe tenha se inspirado no cenário nacional, o movimento agroecológico consegue sancionar a Lei subnacional em 2011, mesmo antes de ser sancionada uma lei no nível nacional, o que acontece somente no ano subsequente, em 2012.

Desta forma, tanto o processo de discussão sobretudo nos movimentos sociais sobre uma Pnapo foi tida como referência para encaminhar um projeto de lei no nível subnacional em Sergipe como também outras experiências influenciaram.

É exemplo o Decreto nº 12.431 de 23/10/2014 que institui o Programa Paraná Agroecológico, com o objetivo de promover e apoiar ações integradas para implantação, consolidação e ampliação de sistemas de produção e consumo com base em princípios da agroecologia no Paraná.

Tiveram seus reflexos nas discussões que se seguiram. Ainda que a Lei em Sergipe tenha sido sancionada antes mesmo que a Lei nacional, que a inspirou, foram necessários 7 anos para que a mesma fosse regulamentada. É neste sentido que a experiência no Decreto paranaense, bem como a discussão em torno da Lei de sementes crioulas (Lei nº 8.167 de 01/12/2016) em Sergipe, vão preenchendo ou alimentando proposições dos passos subsequentes, no vão que fica entre a sanção da Lei de Agroecologia e suas regulamentação.

Neste período, os movimentos sociais em Sergipe constroem, desde as suas práticas, uma perspectiva agroecológica que vai aos poucos sendo institucionalizada num conjunto contínuo de ações que, a exemplo do nível nacional – cujo I Plano reúne e articula ações estatais antes pulverizadas em diferentes programas e projetos – vai tecendo no cenário estadual, ao longo da última década, iniciativas celulares e setoriais que vão compondo um contexto favorável à implementação e gestão com participação social de uma política estadual de agroecologia.

Há, portanto, uma inter-relação entre Estado e sociedade na construção das políticas de promoção da agroecologia em Sergipe cujo cenário de constante construção vai demarcando o acúmulo de ações empreendidas pelos movimentos sociais como: encontros estaduais, realização de caravanas, discussão e apresentação de projetos de lei como o de sementes crioulas, para citar alguns exemplos. Uma linha do tempo pode ser observada na figura 1 e mais detalhadamente no apêndice deste texto. Contribuíram para este acúmulo o cenário favorável vivido pela agricultura familiar por meio das

políticas públicas no período de 2003 a 2015 estabelecidas e ou fortalecidas pelo governo federal.

Importante relembrar que houve em Sergipe um processo longo de mobilização até que a Lei aprovada pudesse ser regulamentada, sete anos depois.

Reforçando o argumento do espelhamento do processo de construção da Peapo-SE no processo nacional de construção da Pnapo, principalmente com relação aos processos nacionais de mobilização da sociedade civil que esteve fortemente representada nos espaços onde foi construída a política, considera-se como relevante a ação mobilizatória organizada, principalmente, pelos movimentos que compõem a Articulação Nacional e Agroecologia (ANA) que demandava o processo criador do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA) que se realizou em Juazeiro-BA no ano de 2014.

Foi a partir da sistematização de experiências que agricultores e agricultoras passam a ter maior visibilidade e as Caravanas Agroecológicas, preparatórias ao referido encontro, fortalecem o grupo pois preconizam um fluxo significativo de trocas entre agricultores e agricultoras.

Os Encontros Nacionais de Agroecologia podem ser entendidos como catalisadores da agroecologia como movimento, uma vez que, sendo propósito metodológico, ele não se resume apenas aos dias de realização mas gera uma dinâmica mobilizatória relevante para a formação dos atores que empreendem, no processo preparatório, uma série de ações locais significativas para o acúmulo desejável para a ação pública.

Isto faz com que Sergipe se alinhe a uma onda nacional que pretende: colocar na agenda de governo ideias agroecológicas, fazer o movimento agroecológico se fortalecer, articulá-lo a estratégia nacional fomentada sobretudo pela rede de movimentos sociais que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia.

Do ponto de vista legal, ainda que a Lei tenha sido sancionada em 2011 ela somente é regulamentada em 2018, o que justifica constantes mobilizações para que tal regulamentação tenha sido feita. Uma das justificativas para tal letargia pode derivar da capilaridade que as ações públicas nacionais empreendiam sobre os territórios. Não existiu, até o momento, um monitoramento e uma avaliação da política nacional, contudo, percebe-se que, ainda que a existência da Lei em Sergipe esteja ligada ao contexto nacional; é somente num cenário de crise política e de perda de relevância das políticas nacionais que o nível subnacional passa a ter uma maior responsabilidade sobre a ação pública a favor da agroecologia.

O fato de existir uma articulação constante dos movimentos sociais e das redes onde atuam faz com que eles possam avançar no marco legal criando

leis e regulamentações tanto em agroecologia e produção orgânica como em áreas afins como se deu com a Lei de sementes. Contudo, a política parece ser mais uma resposta a situação de crise do que a expressão de motivações concretas para apoio a uma transição agroecológica. Este argumento se sustenta na constatação de que não houve recursos significativos para ações concretas na Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2018, tampouco firmaram-se acordos para que fossem garantidos programas para o orçamento de 2019.

O esforço das diferentes iniciativas se consolidou com a proposição do estado em sediar o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) no ano de 2019. Emendas parlamentares foram mobilizadas e esgotadas para viabilizar o XI CBA que Sergipe sediará.

A Ceapo hoje se estrutura com a missão de legitimar um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Pleapo) e de vincular a ele os recursos intersetoriais no estado sergipano.

Nos anos que antecederam a regulamentação da Lei de Agroecologia e Produção Orgânica várias cobranças foram feitas pelos movimentos sociais em fóruns e eventos. Foram realizadas oficinas de concertação para que se estabelecesse um plano de inovação que acabou não sendo construído; contudo, esta ação possibilitou ampliar o público que vinha sendo articulado como quilombolas, mulheres e marisqueiras.

Foi também no período que antecede a regulamentação que se sancionou a Lei do Governo do Estado de Sergipe – Lei nº 8.167 de 01/12/2016¹, que institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da agrobiodiversidade. As sementes crioulas em Sergipe foram batizadas pelos agricultores como “Sementes da Liberdade”, batismo que ocorreu durante a realização do II Encontro Estadual de Agroecologia, no município de Estância, em dezembro de 2015.

Ainda no mesmo período, foi realizado em 2016 um evento que possibilitou os devidos acordos para uma discussão ampliada entre movimentos da sociedade civil, para a concertação de ações no contexto da agricultura familiar camponesa e da agroecologia. As caravanas agroecológicas tiveram início em 2014, antecedendo a realização do II ENA, e vêm sendo realizadas periodicamente. Estes encontros têm servido para dar visibilidade para a

1 No período que compreendeu a sanção da Lei da Agroecologia em 2011 e sua regulamentação em 2018, ocorreram importantes ações em torno das sementes crioulas. Foi realizado um Seminário Estadual de Legislação de Sementes Crioulas em 2015 com troca de experiências em estágios mais avançados no Nordeste como foi o caso da Assessoria de Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA) na Paraíba e a Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs) de Alagoas. A partir daí teve início um processo que culminou com a Lei nº 8.167 de 01/12/2016 que institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da agrobiodiversidade no estado de Sergipe.

agroecologia e motivar as agricultoras e os agricultores a continuarem com suas práticas, mas não a ponto de colocá-la na agenda de governo.

Todas essas ações foram coordenadas a partir da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) conforme veremos a seguir.

A formação de sujeitos políticos na ação pública

O histórico de formação dos movimentos sociais do campo em Sergipe, ao longo das últimas décadas, denota a constante relação entre a sociedade civil e o Estado na organização de agendas governamentais. Por tanto, deve ser entendido para além do espaço temporal entre a sanção da Lei de Agroecologia e o início do funcionamento da Ceapo.

Há uma diversidade de atores, sobretudo coletivos, que atuam no meio rural, urbano, em inter-relação e que estão envolvidos nos processos de construção da ação pública de agroecologia. Cada categoria de atores envolvidos pode ser caracterizada pelos seus recursos, graus de autonomia, interesses simbólicos e materiais que guiam suas estratégias e escolhas.

Para fins deste estudo consideraremos a principal rede que articula a promoção da agroecologia, entre movimentos sociais, organizações não governamentais, outras redes, associações, cooperativas e federações, no campo da sociedade civil, além de instituições de ensino, pesquisa, extensão e executoras de determinadas ações ou setores de Estado.

Ainda que possamos trazer a experiência dessa articulação, a Rede Sergipana de Agroecologia (Resea), é importante considerar que ela parte de um acúmulo da história do movimento agroecológico em Sergipe, e mesmo de experiências que antes não se articulavam. Como veremos a seguir, um processo metodológico constante afirma, fortalece e mantém essa rede.

A Resea² é uma articulação que surgiu em 2006 com objetivo de fortalecer a dinâmica agroecológica em Sergipe a partir da construção participativa de conhecimentos. Organiza-se em grupos de trabalhos, plenárias e núcleo operativo. Fazem parte do núcleo operativo um representante de cada uma das seguintes organizações: Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA);

2 Podemos considerar que a Resea articula, a partir dos movimentos e ações que a constituem, 35 municípios em Sergipe sendo: Aracaju; São Cristóvão; Itaporanga D'Ajuda; Santa Luzia do Itanhy; Indiaroba; Cristinápolis; Arauá; Boquim; Itabaianinha; Tomar do Geru; Lagarto; Simão Dias; Tobias Barreto; Poço Verde; Ribeirópolis; Nossa Senhora da Glória; Monte Alegre de Sergipe; Canindé de São Francisco; Poço Redondo; Porto da Folha; Gararu; Nossa Senhora de Lourdes; Itabi; Canhoba; Japoatã; Propriá; Santana do São Francisco; Neópolis; Ilha das Flores; Brejo Grande; Pacatuba; Japarutuba; Capela; Pirambu; Barra dos Coqueiros. Estes municípios estão distribuídos nos cinco territórios de Sergipe, a saber: Territórios do Baixo São Francisco, Alto Sertão, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Grande Aracaju.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), representada pelo Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal de Sergipe (UFS) pelo seu Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (Neva); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com representantes do Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro (CFAC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento Camponês Popular (MCP); Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial (Nedet), Instituto Tecnológico Federal de Sergipe (IFS) com representação de seu Núcleo de Agroecologia; Sociedade de Apoio Socioambientalista e Cultural (Sasac), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC); coletivo Cantinho da Roça-Produção Agroecológica, coletivo Camponês a Camponês e Instituto Pangea.

Conforme explicita um dos entrevistados: “a Resea é uma grande convergência e construção de afinidades e quem imaginou que poderia ter um resultado mais sólido está ali dentro interagindo” (entrevista realizada em novembro de 2018 com um extensionista, assessor da Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe).

A Resea surgiu a partir do I Encontro Estadual de Agroecologia de Sergipe (EEA/SE), ocorrido entre os dias 19 e 20 de maio de 2006 e tornou-se um campo de articulação e fortaleceu-se enquanto grupo de interesse na ação pública a favor da agroecologia.

Segundo informações do portal eletrônico³ que mantém, a Resea tem como objetivos: estimular o protagonismo do campesinato sergipano; fomentar um espaço de troca de saberes agroecológicos; dar visibilidade aos povos tradicionais do estado; intensificar e fortalecer o debate agroecológico; elencar os desafios do campesinato no estado; fomentar um espaço para discussão e proposição de soluções aos desafios do campesinato; estimular o debate de gênero e de juventude no campo; traçar um panorama dos territórios da cidadania do estado; e fortalecer a Resea.

Há uma forma de comunicação e metodologia empregadas que permite à Resea, composta por diversas dinâmicas sociais nos territórios, fortalecer-se como uma rede de negociação com o Estado que vem do mapeamento, reconhecimento e sistematização das práticas (JARA, 1998) caracterizando um processo alicerçado de baixo para cima que permite capilaridade nas agendas discutidas ao mesmo tempo que estas experiências subsidiam as frentes prioritárias de ação em rede. A Resea mantém essa forma continua

3 Disponível em: <<https://www.facebook.com/redesergipanadeagroecologia/>>.

de comunicar e sistematizar fazendo-se movimento na construção de trocas de experiências, de caravanas agroecológicas, de implementação da metodologia camponês a camponês como tratado por Holt-Giménez (2008).

Reforça-se que a Resea possui importante papel no fortalecimento da agroecologia, contribuindo na construção do conhecimento agroecológico, como pode se depreende da afirmação seguinte:

Tendo a educação popular como base norteadora, a Rede tem debatido metodologia e ações que fortaleçam a participação. Dentre os princípios que dão movimento à Resea, destacamos os da horizontalidade, construção coletiva, respeito à cultura e conhecimento camponês que sintetizam a visão de sua responsabilidade pedagógica na construção dos processos (DE OLIVEIRA, 2017, p. 2).

Para tal, uma ação pública que fortaleceu os processos de mobilização diz respeito a atuação de redes de técnicos na interação com camponeses que resultou num maior envolvimento em rede.

A partir do ano de 2013, quando se incorporaram princípios e atividades da Rede Camponês a Camponês aos serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental nas áreas de Reforma Agrária (ATES), observou-se um significativo apoio logístico e profissional que evidenciaram avanços na formação da Rede. Tratava-se de potencializar a identificação, sistematização e intercâmbio de experiências, ademais da possibilidade de impressão de cartilhas, a construção de um Programa de Formação Continuada em Agroecologia (PFA) (RABANAL, 2015, p. 68).

Além dos atores locais, Sergipe tem forte articulação com movimentos regionais e nacionais. Nas entrevistas foi citada a participação efetiva de representantes da Resea em espaços de discussão nacional, principalmente com influências da ABA e da ANA.

No tocante à participação das mulheres na Resea, há uma articulação a partir de experiências por elas protagonizadas como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do território Baixo São Francisco, Associação de Mulheres Resgatando sua História do município de Porto da Folha, no território do Alto Sertão Sergipano, coletivos de gênero do MST e do MPA, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do território Sul Sergipano e sistematização de saberes femininos, contudo, a pesquisa para a construção deste trabalho não aprofundou o levantamento de dados e informações sobre a participação das mulheres na Resea, algo que pode ser levantado em pesquisas futuras.

A participação da juventude se dá basicamente pela integração das ações difusas de cada movimento e da participação da única escola família agrícola do estado, a Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas (Amefal) e um grupo cultural a Associação Cultural Raízes Nordestinas (Acrane). A juventude também se faz presente com a participação de estudantes de graduação dos Núcleos de Agroecologia da UFS e do IFS.

Identifica-se a ausência na Resea de atores com atuação mais expressiva no acesso às políticas de compras públicas da AF, como é o caso das cooperativas ligadas à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). As experiências de execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já demonstraram ser capazes de apoiar a transição agroecológica, contudo, representantes que têm como objetivo ampliar esse acesso no Estado, não fazem parte sistemática da Resea, ficando assim uma contradição entre a construção de um Plano de Agroecologia no estado que dê conta do conjunto de políticas públicas enquanto o acesso pontual à políticas já existentes se dá de forma desarticulada ao movimento que vem sendo construído.

Nas palavras de um dos entrevistados aparece a seguinte afirmação,

[...] toda entidade que fazia parte da rede [de construção do projeto Ecoforte edital [...] não conseguia acessar as políticas [já existentes no nível nacional]. Em dado momento, observou-se que, dentre 16 entidades, nenhuma tinha acessado PAA ou PNAE (entrevista realizada em novembro 2018 com um extensionista, assessor da Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe).

Algumas ausências de atores são identificadas e, por se tratar de uma ação em curso, novos atores são mobilizados, como é o caso de instituições que trabalham no campo da economia solidária e do cooperativismo, basicamente cooperativas filiadas à Unicafes além de buscar uma participação mais efetiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Recentemente também passou a reunir comunidades tradicionais quilombolas, marisqueiras, pescadores através do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (Peac), o qual tem o apoio da Petrobras.

A Resea tem sido, a partir da reunião em rede destes atores, a principal articuladora do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Sergipe.

Processos: mobilizações e coalizões

A Resea foi a principal força articulada a favor da agroecologia como política pública no estado de Sergipe.

Esta rede é articulada a partir de experiências de vários atores e reuniu em julho de 2016 movimentos sociais, agricultores e pesquisadores, em uma frente coletiva, para refletir sobre o fortalecimento da agricultura familiar em sua diversidade identitária e agroecológica em Sergipe para a construção do Plano Estadual de Agricultura Camponesa e Agroecologia. Foi a principal força articulada a favor da agroecologia como política pública no estado de Sergipe.

Há uma relação do movimento agroecológico em Sergipe com o movimento nacional como a ANA ou movimentos regionais como é o caso da relação com os estados da Paraíba, principalmente o Polo da Borborema e de Alagoas e também a Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste (Renda) com sede em Pernambuco. Além disso, há reflexos de experiências práticas sobre o processo de construção da Peapo, mostrando que o conjunto de estratégias de articulação de diferentes escalas tem uma importância que recai sobre a ação articulada para que os estados sejam pautados pela necessidade de uma agenda da agroecologia.

Assim, a Rede de Agroecologia em Sergipe além de articular diversos atores, articula também escalas que vai desde processos locais, regionais, até nacionais.

Para a articulação territorial, como metodologia de mobilização, foram realizadas Caravanas Agroecológicas⁴ ao longo de 2014 e 2015 nos territórios sergipanos sendo que a Caravana de 2014 se constituiu como processo preparatório para o III ENA (DE OLIVEIRA, 2017).

Todo esse processo de mobilização como relatado acima, reúne hoje um conjunto de atores para a elaboração do Pleapo, instrumento que deriva da regulamentação da Peapo, que vem sendo elaborado pela sociedade civil sergipana para desenvolver a políticas de agroecologia e produção orgânica com o apoio institucional da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca.

O momento atual, iniciado em 2018, após o decreto que regulamentou a Peapo, é de construção do I Pleapo, iniciado em 2018, após o decreto que regulamentou a Peapo, participam desta elaboração, 28 organizações por representação da sociedade civil como: Associação dos produtores orgânicos

4 A Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe é uma realização da Resea (Rede Sergipana de Agroecologia). Representa uma estratégia para promover a interação entre camponeses, técnicos, estudantes e pesquisadores, fomentando momentos de aprendizado e o protagonismo dos sujeitos do campo na produção de alimentos saudáveis. A partir do intercâmbio, as experiências camponesas são postas em evidência suscitando a reflexão sobre a realidade, os desafios e as potencialidades de cada local visitado. Desta forma são criados espaços de diagnóstico da realidade e construção do conhecimento agroecológico com base no saber camponês.

da Agreste (Aspoagre), Movimento dos Trabalhadores Urbanos (Motu), Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Sergipe (Fetase), Movimento Camponês Popular (MCP), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Simão Dias (Cooperafes), Associação Jatobá, Sociedade de Apoio Socioambientalista e Cultural (Sasac), Agroecológicos de Salgado, Cáritas de Estância, Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região (Cooperafir), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Cooperativa da Produção Sustentável Familiar de Sergipe (Coopersus), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), representantes da Feira Agroecológica da Colônia 13, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Fórum de Religiões de Matriz Africana.

Algumas instituições do Estado também estiveram presentes, contudo, há uma forte presença de técnicos, pesquisadores, extensionistas e docentes envolvidos com a dinâmica do movimento agroecológico em Sergipe cujo compromisso e protagonismo da participação atribuí-lhes além de uma representação institucional também uma prospecção de demandas que deverão servir para uma atuação profissional e orientação institucional nos ambientes onde atuam. Nesta categoria podemos considerar a Universidade Federal de Sergipe (UFS), A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Tabuleiros Costeiros) e o Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Assim como no nível nacional, o nível subnacional também reúne e articula diversas políticas de promoção da agroecologia em uma agenda de discussão do I Pleapo. Assim, é possível observar que cada rede ou movimento ou experiência que participam da Resea, tenham acúmulo na execução de várias políticas associadas ao I Planapo.

A ASA tem um histórico de elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas⁵ como é o caso do Programa um milhão de Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social, uma tecnologia social reconhecida pela Fundação Banco do Brasil. Também atuou no Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido que, a partir da autorganização comunitária, preserva o patrimônio genético. Existem áreas de implantação de unidade de recuperação de áreas degradadas desenvolvida com cooperação internacional Instituto Interamericano de Agricultura (Iica) e Programa das

5 Há, no entanto, desde 2016, a desconstrução das políticas de apoio à agricultura familiar (DE MATTOS, 2017; MATTEI, 2018; SABOURIN, 2018).

Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), uma das metas do I Planapo e outras iniciativas que não foram aqui listadas pela ausência de sistematização mais ampliada.

Na área de comercialização ressalta-se o apoio às feiras municipais. Há um avanço identificado pelos informantes desta pesquisa com relação às políticas de mercado institucional, mas há uma observação já citada com relação ao baixo acesso dos grupos participantes da Resea ao PAA e ao PNAE. Também é registrado, por sua vez, o baixo número de agricultores cadastrados como produtores orgânicos no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Esta evidência, feita por membros da Resea, levou ao questionamento da devida inserção da sua base de agricultores nas políticas públicas já existentes. De 16 entidades participantes da Resea em 2017, nenhuma tinha acessado PAA e PNAE e apenas 2 tinham cadastro de orgânicos. Tal fato demonstra a contradição entre a efetiva mobilização de atores para a construção de uma política estadual que não se expressava no acesso às políticas públicas constituintes do I Planapo.

Houve um impacto forte na finalização do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) em 2016 que trouxe como inovação o trabalho a partir da metodologia camponês a camponês.

Outras políticas consideradas como relevantes, citadas pelos entrevistados nesta pesquisa foram: expansão das universidades para regiões do sertão, Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (Pronera), Política de Desenvolvimento Territorial, Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa de Diversificação da Agricultura Familiar. Além destas foram apontadas as ações por meio de cooperação internacional, Sebrae como no caso do Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), editais da Petrobras e ainda as emendas parlamentares.

Um momento importante da interface da Resea com políticas públicas foi a elaboração do projeto para Edital de Seleção Pública nº 2017/030 – Redes Ecoforte. O projeto intitulado “Fortalecimento da Rede Sergipana de Agroecologia” não foi aprovado, mas segundo seus idealizadores foi uma experiência de muita articulação e que, de fato, fortaleceu a rede.

Nesta proposta os principais movimentos envolvidos propuseram uma integração de ações a partir do que já vinha acontecendo em suas bases, assim, juntou-se a experiência do arroz agroecológico, a sistematização de experiências que a Embrapa/Neva vinha realizando, a experiência na Unidade de Produção Camponesa (UPC) do MPA, o MCP com os bancos de sementes e as redes de intercâmbio de experiências na metodologia Camponês a Camponês.

Segundo informações da proposta, o projeto que integrava vários movimentos propunha-se ações de Rede de Guardiães e Guardiões das Sementes da Liberdade; beneficiamento e comercialização da farinha de cuscuz crioulo e

seus derivados; intercâmbio e sistematização de experiências agroecológicas; beneficiamento e comercialização do arroz agroecológico e seus derivados; potencialização de arranjos produtivos na Escola Família Agrícola de Ladeiras; unidades de processamento mínimo da produção agrícola; fortalecimento de redes de comercialização solidárias; desenvolvimento de ações de convivência com o semiárido; disseminação de tecnologias sociais; Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe e a Feira Cultural Sergipana. O extrato de texto seguinte reforça esse papel que o edital trouxe para a Resea:

A proposta da Resea para o Ecoforte 2017 pretende apoiar as iniciativas de produção de sementes crioulas e processamento da farinha de cuscuz do Movimento Camponês Popular (MCP); Auxiliar a dinâmica metodológica de intercâmbios e sistematização de experiências agroecológicas do coletivo Camponês a Camponês; Instruir uma unidade de processamento mínimo da produção agrícola, adaptado para agricultura camponesa na base do Centro Comunitário de Formação em Agropecuária D. José Brandão de Castro; Munir de condições estruturais o processo de registro cultural das comunidades por parte do coletivo Catingarte; Apoiar a produção e consolidação do coletivo de produção do arroz agroecológico do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Dotar de condições estruturais a Rede de Guardiões de Sementes da Liberdade nos territórios sergipanos; Apoiar a Associação de Mulheres “Resgatando sua História” no desenvolvimento das Tecnologias sociais e de convivência com o semiárido (RESEA, 2017).

As principais temáticas trazidas na discussão do Pleapo até então identificadas dizem respeito a produção agroecológica, transporte solidário, comercialização de produtos agroecológicos, ampla oferta de insumos e beneficiamento, soberania alimentar, genética, hídrica, energética e territorial, transição agroecológica da rizicultura no território Baixo São Francisco, uso e conservação da biodiversidade e valorização da sociobiodiversidade principalmente da mangaba, do umbu e do murici, fortalecimento dos quintais agroecológicos, tecnologia social para agricultura camponesa e implantação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Ideias e concepções de agroecologia

O movimento agroecológico em Sergipe, articulado na Resea, tem como identidade de coalizão, a contraposição à agricultura fruto da modernização do campo brasileiro que hoje se constitui em um ator político hegemônico no mundo agrícola, o agronegócio. Segundo Mendonça (2006) a noção do que hoje denominamos agronegócio organizou e instrumentalizou um poderoso

complexo comercial e financeiro que lhe atribui importância financeira, mas, sobretudo, política.

Na contra hegemonia, a Resea propõe um processo de transição agroecológica que distancie o desenvolvimento rural dos marcos do padrão hegemônico da agricultura, o qual, por exemplo, afeta a produção de milho crioulo no estado. Segundo dados levantados por esta pesquisa, a partir de entrevistas realizadas com movimentos e o Instituto Federal que realizam monitoramento de sementes, foram encontradas sementes de milho crioulo contaminadas devido aos cultivos crescentes que se utilizam de sementes transgênicas no estado.

Esse problema é também demonstrado, por meio de um estudo participativo sobre os guardiões de sementes crioulas de Sergipe. Dalmora et al. (2017) mostram a importância do diagnóstico de agricultores tradicionais que preservam as sementes crioulas livres de adversidade como o da erosão genética ocasionada pelo agronegócio e aponta que o avanço do mesmo no Alto Sertão, onde se realizou a pesquisa, interfere diretamente na perda da agrobiodiversidade.

A problemática da contaminação das sementes crioulas é trazida para demonstrar como a concepção da agroecologia passa, consideravelmente, por uma denúncia a um modelo de agricultura que limita a expansão de experiências agroecológicas e coloca em risco as estratégias de reprodução devido a erosão genética que é identificada. Desta forma, não só as ideias agroecológicas devem ser entendidas na ação pública em Sergipe, mas também como sofre uma limitação pela expressão do agronegócio que faz com que se fortaleçam os sujeitos coletivos na sua denúncia e ação contra hegemônica. Há, portanto, ao se construir a ação pública em favor da agroecologia, uma reação pública à promoção do Estado ao agronegócio.

O I Pleapo debatido em 2018 e 2019, trabalha num campo de coalizões entre sociedade civil e setores do Estado que promovem a agroecologia e a produção orgânica. Desta forma, conecta diferentes concepções com interesses comuns e defende uma visão ampliada do conceito de Agroecologia, considerando as dimensões ambiental, econômica, cultural, social e política. Considera ações urbanas e periurbanas além das rurais, com participação popular. Pretende estabelecer frentes intersetoriais entre saúde, educação, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional nas estratégias de criar territórios agroecológicos. Ainda que um conceito de agroecologia possa reunir diferentes dimensões, na Peapo promulgada em 2018 ele não demonstra tal tendência, ao contrário, restringe-se mais a uma normativa que se aproxima do conceito de agricultura orgânica operado pela Lei de Orgânicos⁶.

6 A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323/07, sob a coordenação do Mapa, mantém o cadastro nacional de produtores orgânicos cuja certificação se dá pelo atendimento de instruções normativas.

Segundo a Lei nº 7.270/2011 que institui a Peapo em Sergipe “considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica”. O Decreto 40.051/2018, em seu Art. II, considera Sistema de Produção Agroecológico, aquele que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei dos orgânicos e sua regulamentação.

Nota-se no escopo da concepção da Peapo do estado de Sergipe uma aproximação com a Pnapo quando busca uma aproximação com a temática dos orgânicos de forma a angariar apoio e legitimidade ampliada. Da mesma forma, evita enfrentar os problemas históricos que a Política Nacional também o fez, como o acesso à terra e água e os enfrentamentos com os agrotóxicos. Esta estratégia foi adotada em outros estados da federação visando diminuir a resistência no âmbito legislativo. O desenho do Plano realizado posteriormente recuperou um conceito mais ampliado de agroecologia do que aquele mobilizado na Política.

A percepção sobre a importância da agroecologia pode ser mais tecnicista ou sociotécnica dependendo da proximidade dos processos que ocorrem a partir da Resea, conforme assinalado a seguir.

[A agroecologia] é uma vertente importante de um modo de produção agrícola, é uma demanda significativa da sociedade, por isso, é nosso dever enquanto instituição aportar recursos e direcionamento estratégico a ela assim também como atender a outras demandas de modelos ditos convencionais (Entrevista realizada em novembro de 2018 com o Chefe Adjunto de Pesquisa Embrapa Tabuleiros Costeiros).

Ressalta ainda que é necessária uma atuação

buscando redução de insumos, independência do produtor, autosuficiência, maximizar essa autosuficiência [...] Em termos de visão gerencial é necessário ir além das trocas de experiências buscando uma atuação mais sólida em termos de gerar tecnologias agroecológicas para a realidade. Mais que conscientizar ou buscar disseminar conhecimento existente, de resgate de conhecimento, é preciso gerar conhecimento também, adaptado às condições locais. É necessário gerar ativos (Entrevista realizada em novembro de 2018 com o Chefe Adjunto de Pesquisa Embrapa Tabuleiros Costeiros).

Ainda que exista um reconhecimento por parte da instituição de pesquisa, esse se dá pela forma da agroecologia enquanto “demanda significativa da sociedade” onde pode-se entender, dos movimentos pela agroecologia que empreendem várias ações no estado como tratado anteriormente. Percebe-se ainda que há uma tendência a tratar a agroecologia apenas como tecnologia, “um modo de produção agrícola” o que difere do que vem sendo tratado pelo Pleapo em um contexto mais ampliado e que se aproxima da definição da Lei.

Já para pesquisadores envolvidos mais diretamente com as ações em prol da agroecologia, há uma noção mais ampla do que pode ser entendido por agroecologia onde dá uma importância maior ao conceito de território e as distintas dinâmicas que nele ocorrem,

não precisa conceito [de agroecologia], construir o conceito marca o fim da gente porque a realidade abarca mais do que abarcamos no conceito. O conceito de agroecologia está sempre em construção, nunca vai parar de estar em construção (Entrevista realizada em novembro de 2018 com um Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, representante da Resea, participante do Núcleo de Agroecologia e coordenador pela Embrapa do Projeto Campesino a Campesino).

Demarcando uma atuação metodológica de construção coletiva do conhecimento em Sergipe, os movimentos de trocas partem do que conceituam os agricultores participantes do Movimento Camponês a Camponês levado a cabo de 2013 a 2016 sobre a agroecologia. Segundo Rabanal (2015) ao definir, em uma pesquisa participante, o conceito de agroecologia, o conceito construído coletivamente no 1º Intercâmbio de Experiências Camponesas da Rede Camponês a Camponês, foi “plantar, colher e comer sem agredir a natureza” (RABANAL, 2015, p. 74).

Considerações finais

Em grande medida, a pauta agroecológica no ambiente político do estado de Sergipe está sendo construída mobilizando diferentes atores individuais e coletivos. Ela encontrou um ambiente favorável graças ao papel da Resea e aos diferentes arranjos que se constituem em um movimento fortemente ancorado nas estratégias nacionais da ANA e no apoio de parlamentares envolvidos com as questões de segurança alimentar, desenvolvimento rural, assistência técnica e temas ambientais.

A agroecologia é um conceito que permite analisar uma ampla diversidade de dimensões da realidade da AF (ou das AFs), em grande medida relacionadas com o desenvolvimento rural, com a produção de alimentos sem agrotóxicos,

mas também de uma agricultura urbana e das relações de produção, comercialização e consumo. Nesse sentido o debate empreendido pela Resea proporciona uma ampla reflexão sobre a realidade do desenvolvimento rural no estado de Sergipe.

Tendo a Pnapo como inspiração o movimento de reivindicação de uma política estadual de agroecologia e a efetivação da sua aprovação demonstram uma articulação da Resea a partir do que tinha sido proposto na escala nacional. Dessa forma avanços e recuos na esfera nacional influenciam também o que ocorre na esfera do estado.

A identidade comum do campo agroecológico, refletida na contraposição ao agronegócio, as pautas comuns e o reconhecimento das diferenças regionais permitem também que as ações sejam articuladas na perspectiva regional, com interlocução com outras redes com atuação política como a ASA e a ANA.

A constituição da Resea como uma rede que reúne movimentos sociais, organizações de trabalhadores, Organizações Não governamentais (ONGs), instituições públicas de pesquisa e ensino revela uma dinâmica que aproxima diferentes atores em um mesmo fórum e em ações coordenadas pela própria Rede; Dessa forma se constitui numa inovação organizacional que pode facilitar a implementação da própria política de agroecologia ou outras a ela relacionadas, como é o caso da Política de Agrobiodiversidade (Lei nº 8.167 de 01/12/2016) que institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da agrobiodiversidade no Estado de Sergipe.

Em janeiro de 2019 houve a primeira reunião da Ceapo, dessa forma o governo do estado, pela Secretaria de Agricultura demonstra a intenção de apoiar a implementação da política, nesse sentido o acompanhamento pela Resea dessa ação pode ser fundamental para resultados efetivos da política.

Enquanto lei, a agroecologia sergipana pode se fortalecer com a realização do CBA em 2019 que, por certo, garantirá o reconhecimento nacional e internacional do estado na vanguarda do tema. No entanto, a pesquisa identificou que o acesso as principais políticas públicas (PAA e PNAE) são gargalos importantes a serem superados no estado para que a Peapo alcance objetivamente os seus beneficiários finais.

REFERÊNCIAS

DALMORA, E. et al. Diagnóstico participativo dos guardiões de sementes crioulas de Sergipe: intercâmbios, multiplicação e trocas de sementes e saberes. *Cadernos de Agroecologia*. In: VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n. 1, jul. 2018. **Anais...** jul. 2018.

DE OLIVEIRA, L. C. L. et al. RESEA em movimento: as caravanas agroecológicas e culturais de Sergipe construindo o conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, jul. 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22380>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FONTES, M.; RABANAL, J, E. M.; RAMOS FILHO, E. S. A roça do futuro: a construção da metodologia De Camponês a Camponês no sul de Sergipe. **GEONORDESTE**, Ano XXIV, n. 1, p. 102 a 127, 2013.

GUÉNEAU, S. et al. A Construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, n. 14, 2019.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a Campesino**: Voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable. Managua, 2008.

JARA, O. **Para sistematizar experiências**. San José, Costa Rica: ALFORJA, 1998.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **R. Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19-44, jul./dez. 2012.

LOPES, E. S. A. A pluriatividade na agricultura familiar do estado de Sergipe. In: LOPES, Eliano. S. A.; COSTA, José. E. (Orgs.). **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 103-185.

MOTA, D. M. et al. **As Catadoras de mangaba – problemas e reivindicações**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

PARANÁ (Estado). **Decreto N° 12.431**, de 23/10/2014. Institui o Programa Paraná Agroecológico, 2014.

RABANAL, J. **A experiência da metodologia camponês a camponês em territórios de identidade rural no Nordeste do Brasil**, ALASRU, 2014. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/112440/1/Resumo-Expandido-Pedro-ALASRU-2014-1.pdf>>. Acesso em: 6 de fev. 2019.

_____. **Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

RESEA. **Fortalecimento da Rede Sergipana de Agroecologia**. Edital de Seleção Pública nº 2017/030 – Redes ECOFORTE, 2017.

SERGIPE (Estado). **Lei nº 8.167**, de 1 dez. 2016. Institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no Estado de Sergipe. Publicado no DOE em 20 dez. 2016.

_____. **Lei nº 8.354**, de 20 dez. 2017. Lei orçamentária anual 2018.

SERGIPE. **Plano estadual de agroecologia e produção orgânica – PLAEAPO** (Versão preliminar). Aracaju, SE, dezembro de 2018.

SIQUEIRA, E. R.; SILVA, M. A. de. Proposta de um estilo de agricultura familiar para os assentamentos rurais de Sergipe. In: CURADO, Fernando. F.; LOPES, Eliano S.; SANTANA, M. (Orgs.). **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. p. 51-70.

TAVARES, E. D.; SIQUEIRA, E. R.; SILVA, M. A. de. Agricultura e uso sustentável dos recursos naturais. In: ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, Al. G. (Eds). **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 23-62.

Apêndice

Linha do tempo das ações públicas em Sergipe

2006 – I Encontro Estadual de Agroecologia de Sergipe (EEA/SE) – criação da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea).

2010 – I Seminário Sergipano de Agroecologia

2011 – Lei nº 7.270/11, sancionada pelo então governador Marcelo Déda. Dispõe sobre os incentivos à implantação de Sistema de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado de Sergipe e dá outras providências.

2013 – Rede Camponês a Camponês/Serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental nas áreas de Reforma Agrária (Ates)

2016 – 27 e 28/07 – Seminário sobre o Plano Estadual de Agricultura Camponesa e Agroecologia.

2016 – Governo do Estado de Sergipe – Lei nº 8167 DE 01/12/2016 – Institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no Estado de Sergipe.

2016 – Criação dos Núcleos de Agroecologia na Embrapa, IFS e UFS.

2018 – Decreto nº 40.051/2018, assinado pelo governador Belivaldo Chagas. Em 29 de maio de 2018, o Decreto nº 40.051 regulamenta a Lei no 7.270, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre os incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares do Estado de Sergipe, instituindo a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dando outras providências correlatas.

2018 – Atendimento a reivindicação de distribuição de sementes: 337 toneladas de sementes de milho das variedades BR-106, Caatingueiro e Crioula são distribuídas pelo governo do estado.

2018 – Realização de 5 plenárias territoriais para construção participativa do I Pleapo (setembro a novembro).

2019 – Acontece a primeira reunião da Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.